

AS TIC'S NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Janille da Costa Pinto

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
janille_80@hotmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
arlerp@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa em andamento, intitulada: “O PAR e as políticas educacionais em municípios da Bahia”, a qual tem como objetivo analisar com base nos dados coletados junto às secretarias municipais de educação dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista, e membros da comunidade escolar dos referidos municípios, o impacto das políticas educacionais do PAR, nas escolas do campo, alcançados no recorte temporal de 2010 - 2015. Nesse contexto, optamos por investigar a inserção das TIC's na educação do campo no município de Ilhéus-BA, evidenciando os dados coletados mediante questionário e entrevista. Intentando identificar como as TIC's estão presentes na educação do campo no presente município, sua utilização, quantidade e diversidade. Além de refletir sobre legislações que as embasam. Justifica-se a presente investigação por vivermos em uma sociedade contemporânea, mediada pelas suportes tecnológicos a todo momento e a educação do campo não pode fugir dessa realidade. Concluindo que a educação do campo sofre com escassez tecnológica, necessitando inserir no PPP o uso das tecnologias na prática pedagógica do professor, bem como priorizar a aquisição e a real utilização das TIC's.

Palavras-chave: Educação do Campo; PAR; TIC's.

Introdução

As TIC's há muito tempo vem dominando as esferas sociais, devido as suas facilidades de superar as barreiras temporais e geográficas, permitindo a interação em tempo real, comunicação e compartilhamento de informações que posteriormente transformarão em conhecimento.

Nesse momento, a escola do campo não pode se eximir de incorporá-las em sua prática pedagógica, pois essas tecnologias estão inseridas na sociedade de uma forma que não conseguimos mais viver sem elas, visto que as mesmas “potencializam a comunicação

multidirecional, a representação do conhecimento por meio de distintas linguagens e o desenvolvimento de produções em colaboração com pessoas situadas em distintos tempos e lugares” (ALMEIDA, 2010, *apud* PEREIRA E OLIVEIRA, 2012, p. 233).

Nessa perspectiva, o presente artigo busca refletir sobre as TIC's presentes nas escolas do campo do município de Ilhéus-BA, analisando quais tecnologias estão presentes e como são utilizadas pelos professores. Além de refletir sobre a inserção das TIC's na educação, verificando como as TIC's e a educação do campo são abordadas nas legislações brasileiras a partir da Constituição de 1988, identificando como ocorre a concretização de políticas públicas voltadas para a inserção tecnológica na educação e compreendendo como as práticas pedagógicas utilizando as TIC's influenciam no processo de aprendizagem na educação do campo.

Tendo consciência de que as TIC's “não são o fim da aprendizagem, mas são meios que podem instigar novas metodologias que levem o aluno, a "aprender a aprender" com interesse, com criatividade, com autonomia” (BEHRENS, 2000, pp. 104 -105). E dessa forma, a escola do campo precisa estar equipada tecnologicamente para superar as barreiras físicas, geográficas e de acesso a informação, que tanto prejudicam o processo de ensino e aprendizagem nesses locais.

Assim, a problemática desta pesquisa é constituída pelo seguinte questionamento: como as TIC's estão presentes na educação do campo no município de Ilhéus? Justamente por que se as TIC's “não forem bem utilizadas, garante a novidade por algum tempo, mas não acontece, realmente, uma melhoria significativa na educação” (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2015, p. 37).

Portanto, sabemos que as tecnologias educacionais precisam necessariamente ser um “instrumento mediador entre o homem e o mundo, o homem e a educação, servindo de mecanismo pelo qual o educando se apropria de um saber, redescobrimo e reconstruindo o conhecimento”(NISKIER,1993, p. 11).

TIC's na educação

Diante do novo panorama educacional que estamos vivenciando, onde as TIC's estão cada vez mais presente no cotidiano da sociedade e de forma especial na vida das crianças que já nascem rodeadas de ferramentas tecnológicas, e possui em sua essência a necessidade de interagir

com o mundo que o cerca, principalmente as que nasceram após a década de 1990, época está caracterizada por diversos avanços tecnológicos, onde a sociedade a partir desse momento, foi intitulada como a sociedade da informação, do conhecimentos, ou sociedade tecnológica.

E para incorporar as TIC's no ambiente escolar, deve primeiramente ocorrer a democratização das TIC's nesses ambientes, disponibilizando espaço físico adequado, computadores e\ou outras ferramentas em número suficiente para atender a demanda, dos alunos e professores. E como destaca Kenski (2010) são os primeiros itens a serem analisados quando precisamos realizar a inclusão tecnológica de qualidade, visto que até a disposição e o uso de móveis e equipamentos nas salas e nos laboratórios, definem a ação pedagógica.

Embora muitas escolas em pleno século XXI, não possuam as condições mínimas de infraestrutura para realizar as atividades envolvendo as tecnologias. Para Kenski (2010, p. 72), “a democratização do acesso ao conhecimento e ao uso das novas tecnologias passa pela necessidade de que as escolas públicas tenham condições de oferecer com qualidade, essas atividades e possibilidades tecnológicas a seus alunos”.

Atualmente através do decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, as escolas dispõem do Programa Nacional de Tecnologia Educacional –ProInfo, que promove o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. Esse programa tem como objetivos:

- I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
- V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e
- VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

Vale ressaltar que o presente decreto não especifica diferenças em sua implantação para escolas do campo e escolas urbanas. No entanto sabemos que as TIC's precisam necessariamente ser

um instrumento mediador entre o homem e o mundo, o homem e a educação, servindo de mecanismo pelo qual o educando se apropria de um saber, redescobrimo e reconstruindo o conhecimento. Visto que, se não forem bem utilizadas elas podem até garantir a novidade por curto tempo, mas realmente não acontece a qualidade da inclusão tecnológica na educação (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2015, p. 37).

Portanto, com as tecnologias o indivíduo tem acesso a grande quantidade de informação, necessitando filtrá-las para assim, gerar propriamente o conhecimento. E a educação está imersa nesse processo, pois através da mediação do professor, o aluno, poderá de forma crítica, realizar essa seleção e assim, transformar informação em conhecimento, que servirá para agir na sociedade como cidadão ativo.

TIC's na legislação e na educação do campo

Mediante os avanços de concepções sobre a educação, as TIC's foram se introduzido no ambiente educativo. Cabendo lembrar que inicialmente sua utilização se resumia aos meios e recursos tecnológicos audiovisuais nas atividades de instrução e treinamento (NEISKIER, 1993), que perpassava as teorias behaviorista e mecanicista com instruções programadas. Somente a “partir de 1970, a tecnologia na educação passou a ser analisada e avaliada sob o enfoque sistêmico e assim, foi adquirindo uma nova conceituação” (NEISKIER, 1993, p. 25).

Nesse percurso, as tecnologias ganharam espaço e firmamento perante a sociedade, sendo criada legislações, decretos dentre outros documentos oficiais brasileiros que asseguram esse direito a todos os cidadãos, como a Constituição Federal de 1988, que destaca no seu artigo 214, a existência do plano nacional de educação, que realizará o ensino em diversos níveis visando a: “promoção humanística, científica e tecnológica do País” (CFB,1988, Art. 214, Inciso III e V), logo a inserção tecnológica na educação do campo está amparada desde a nossa carta magna.

Por fim, em seu capítulo IV reservado para a ciência, tecnologia e inovação, em seu artigo 218 destaca que: “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. Dessa maneira, o Estado apoiará essa formação tecnológica de seus cidadãos, desde é claro o início da educação básica que começa na educação infantil, promovendo atividades e criando condições para que a escola concretize essa capacitação de forma micro e macro.

Já analisando a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº 9.394/1996 podemos encontrar artigos importantíssimos que asseguram a educação para a população em todo o país. Havendo momentos em que traz trechos de artigos da Constituição Federal de 1988, como o princípio da educação como dever da família, do estado e preparação para o trabalho. Bem como a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (CF,1988, Art. 3, Inciso II).

Desse modo, ela reforça que a educação deve ser disponibilizado de forma gratuita, garantindo o padrão de qualidade nos estabelecimentos oficiais de ensino público, para todo o país. Reforçando o direito das escolas do campo em receber educação pautada nesses princípios.

Desta forma, a educação deverá proporcionar o desenvolvimento integral do educando. Para isso, cabe a escola realizar atividades que possibilitem esse desenvolvimento, que envolvam desde as percepções até as linguagens, sendo mediadas pelas TIC’ s de forma significativa, visando à formação para o exercício da cidadania e favorecendo como destaca o artigo 22 dessa LDB (1996), os meios “para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Contudo, na presente não há de forma explícita a questão da inserção tecnológica na escola, nem como tema transversal, ou competência que deve ser trabalhada no ambiente educacional.

Já seu artigo 28, destaca especificidade da educação do campo, contudo, não explana sobre as tecnologias educacionais, somente destaca que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. (LDB, Art. 28,1996)

Temos também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que são “os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico” (BNCC, 2016, p. 25). Percebemos logo em seu conceito, que a mesma apresenta um diálogo intenso e efetivo no que tange a ideia da inserção tecnológica.

Dela, decorrem quatro políticas que se articulam para garantir a qualidade da Educação Básica, dentre elas a política de tecnologias educacionais. Ressaltando que “é necessário que os educadores se vejam e sejam vistos como intelectuais que constroem o pensamento crítico sobre os diferentes campos da cultura e da tecnologia” (BNCC, 2016, pp. 31 - 32).

Esse documento articula as tecnologias às necessidades de inclusão dos estudantes com deficiência, buscando a promoção das condições de acessibilidade necessárias a plena participação e autonomia dos mesmos, contemplando principalmente a comunicação oral, escrita e sinalizada. Necessitando que seja disponibilizado as seguintes questões:

equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, tais como materiais pedagógicos acessíveis, tradução e interpretação Libras, software e hardware com funcionalidades que atendam a tais requisitos de comunicação alternativa, entre outros recursos e serviços, previstos no PPP da escola (BNCC, 2016, pp. 39 - 40).

Percebemos que tanto a LDB nº 9.394/1996 quanto a BNCC (2016) destacam que a Educação do Campo deve contemplar:

“adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo componentes curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos educandos, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e às características do trabalho do campo, retratando as lutas e a resistência dos povos do campo pelo acesso e a permanência na terra.(BNCC, 2016, p.36).

Já a lei nº 8.069 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reserva artigos que tratam da educação, cultura, esporte e lazer. Ressaltando ideias presente na Constituição (1988) e na LDB (1996) onde afirmam que a criança e/ou adolescente tem direito à educação, que

visar a promoção do desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (ECA, 1990, Art. 53). Logo, as crianças e/ou adolescentes do campo têm esse direito.

O presente estatuto ainda assegura que o “poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação [...]” (ECA, 1990, Art. 57). Desta forma, o Estado deve proporcionar uma educação que atenda esse artigo, favorecendo de forma satisfatória a pesquisa e principalmente, a utilização de novas propostas metodológicas. Porém, para ocorrer essa inovação pedagógica do professor, necessita a real inserção das TIC’s como potencializadora desse fazer pedagógico.

Podemos destacar também o Plano Nacional de Educação (PNE- 2014) que visa a melhoria da qualidade da educação no país, bem como superar as desigualdades educacionais, para promover a cidadania e acabar com a discriminação. Sendo planejado para se concretizar em dez anos, além de buscar uma formação “[...] humanística, científica, cultural e tecnológica do País” (PNE, 2014, Art. 2).

O presente documento, estabelece metas que devem ser cumpridas em todo o país. Dentre as suas metas existe uma que trata claramente sobre as tecnologias na educação, que é a meta 7ª que ressalta: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (PNE, 2014, Meta 7). E, para conseguir alcançar essa meta, o plano apresenta diversas estratégias como:

7.12- incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicada.

7.20- prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. (PNE, 2014, Meta 7.12 e 20).

Levando em consideração essas duas metas, o uso das TIC's na educação, e, principalmente, sua inserção na prática pedagógica do professor, visando favorecer a aprendizagem dos alunos, estão com o tempo cronometrado para sua real inserção. As escolas independentemente de sua localização geográfica ou nível de educação que ela se destina, devem favorecer a utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem das crianças.

Temos também as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) que destaca

os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais (DCNEB, 2013,p. 31).

Essa diretriz ressalta questões relacionadas as tecnologias e diferentes linguagens e no que se refere a educação do campo, ela destaca que:

a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação com as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (DCNEB, 2013, p 44)

Podemos então, visualizar que o uso das TIC's no ambiente escolar independentemente se está localizada no campo ou na cidade, está amparado também nessa diretriz, que enfatiza que a escola deve trabalhar os conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo a linguagem, visando a inserção do sujeito na sociedade.

A educação do campo está pautada também nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que em seu parágrafo único destaca:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO,2002)

E analisando o decreto nº6.094 de 24 de maio de 2007, que estabelece o plano de metas compromisso todos pela educação, no seu artigo 8 ressalta que às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados juntos apoiarão a união e “O Ministério da Educação promoverá, adicionalmente, a pré-qualificação de materiais e tecnologias educacionais que promovam a qualidade da educação básica, os quais serão posteriormente certificados, caso, após avaliação, verifique-se o impacto positivo na evolução do IDEB, onde adotados”. (DECRETO Nº6.094 DE 24 DE MAIO DE 2007, ARTIGO 8, INCISO 4º)

Contudo, sabemos que um decreto não resolve o problema de metodologias obsoletas ou inadequadas para os novos conteúdos. “Um decreto a mais também não capacita professores em novos métodos de ensino nem dá às escolas a condição de organizar tempos e espaços necessários para inovações metodológicas” (BARBOSA E MOURA, 2013, p. 54). Mas, eles são o começo para a sociedade como um todo cobrar direitos que todos os cidadãos possuem, independentemente do local onde reside, e principalmente que possibilite a verdadeira inserção das tecnologias na educação.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Ilhéus/Ba-Brasil. Visando conhecer as especificidades das TIC's na educação do campo refletindo sobre as legislações vigentes e políticas públicas que chegam por meio do plano de ação articulada - PAR. Ancoramos na abordagem qualitativa. Este tipo de enfoque “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...] os dados coletados são predominantemente descritivos [...] a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto[...] a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, pp.11,12,13)

Entendemos que a metodologia é um processo minucioso e de grande importância para realização e concretização da pesquisa, pois ela determina o caminho a ser seguido. Assim, lançamos mão da pesquisa do tipo descritiva. De acordo com Gil (2008, p. 47):

[...] as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis... São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Utilizamos como técnicas de coleta de dados o questionário que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201) é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Esse instrumento foi composto por questões abertas e fechadas, sendo aplicados para 29 professores da rede pública Municipal que lecionam nas 13 escolas do campo: Escola Nucleada de Banco do Pedro, Escola Municipal de Inema, Escola Municipal Areia Branca, Escola Nucleada do Japu , Escola Municipal Sérgio Carneiro (escola nucleada de Olivença) Escola Nucleada de Pimenteira , Escola Nucleada de Banco Central, Escola Municipal do Couto, Escola Municipal de Sambaituba, Escola Nucleada de Aritaguá I e II, Escola Nucleada de Santo Antônio e Escola Nucleada de Castelo Novo.

Tivemos também como o segundo instrumento de coleta de dados a entrevista que é “uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizadas nas ciências sociais”[...] Ela permite o aprofundamento dos pontos levantados por outra técnica de coleta de alcance mais superficial, como o questionário”(LUDKE. ANDRÉ,1986, p.33-34). Essa entrevista foi realizada com 9 participantes, sendo 1 diretora, 1 vice- diretora, 3 supervisora e 4 professoras.

Resultados e discussão

Conforme os dados coletados e analisados a rede Municipal de Ensino do Município de Ilhéus -Bahia, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação- SMED, em 2016 o município tinha 5.087 alunos matriculados na educação básica no campo, sendo que estes estudam em 13 escolas, com 213 professores lecionando nessas instituições.

Verificamos que a maioria dos professores que lecionam nas escolas do campo são mulheres, possuindo a faixa etária entre 36 a 50 anos, se auto declaram como negras e moram a

maioria na área urbana. A maioria das professoras possuem mais de 15 anos lecionando na rede municipal. E escolheram essa profissão por vocação.

Nesse sentido, essas professoras nasceram antes da década de 90, sendo provenientes da geração dos imigrantes digitais e tiveram que se inserir no mundo digital e tecnológico imposto pela contemporaneidade, ao contrário de seus alunos que são nativos digitais, pois nasceram após a década de 90 e possuem facilidades em caminhar no mundo tecnológico como destaca (PRENSKY, 2001A, 2001B, APUD SANTO, 2015).

Em relação ao nível de escolaridade, todas já concluíram a graduação e a maioria possui especialização. Ficando evidenciado que as mesmas possuem uma formação inicial que será de alicerce para a sua prática pedagógica. E é desde lá que os futuros professores precisam ter contato com as TIC's para poderem inserir sem medo e com objetivos claramente definidos na sua prática pedagógica em qualquer nível da educação.

Segundo Gregio (2005), a formação do professor ocorre na academia, no choque com a realidade e de forma permanente ou continuada ao longo da vida profissional. E em tese, essa formação é alicerce fundamental para melhoria da qualidade do ensino. Contudo, quando questionado se essa formação possibilitou atuar na educação do campo a maioria respondeu razoavelmente, destacando que faltou uma formação didático-pedagógica para lidar com educandos e as especificidades de como trabalhar na educação do campo.

Já em relação a formação continuada que é:

requisito indispensável a toda construção e /ou reconstrução do processo educacional escolar, pois os docentes em conjunto com os alunos, constituem a instância escolar mais próxima da formação propriamente dita do ser humano, objetivo-fim primordial da educação: a formação do homem. (COX ,2008, p. 107)

Pudemos verificar que a Secretária Municipal de Educação de Ilhéus promovem em locais específicos cursos de formação continuada para seus professores, capacitando-os pela área de conhecimento que atuam e/ou pelo ciclo de aprendizagem que lecionam. Essas formações segundo a maioria dos professores correspondem muito as suas expectativas e necessidade profissionais.

Assim, fica exposto que a Secretária Municipal de Educação de Ilhéus trabalha visualizando o professor e a qualidade de suas prática pedagógica. Investe em formações

continuada, havendo uma parceria com as escolas, trabalhando em comum acordo. E os professores por sua vez possui consciência de que a sua formação contribui para implementar a educação do campo.

Nesse contexto cabe destacar que para a maioria dos professores veem a educação do campo como uma modalidade de ensino pensada para acontecer no campo e que leva em consideração os valores, a identidade e a cultura do homem do campo e da cidade.

Foi questionado quais os materiais didáticos relacionados as tecnologias da informação e comunicação (TIC' s) estão presentes nessas escolas do campo. Segue abaixo a tabela 1 para melhor visualização as respostas dos professores.

TABELA 1: Tecnologias da informação e comunicação (TIC' s) presentes nessas escolas do campo

	TIC' s	Quantidade de professoras
1.	Livros	25 professoras
2.	Microfone	17 professoras
3.	Papel	27 professoras
4.	Revistas	22 professoras
5.	Mimeógrafo	2 professoras
6.	Televisão	24 professoras
7.	Aparelho de som	21 professoras
8.	Computador	24 professoras
9.	Jornais	10 professoras
10.	Data show	25 professoras
11.	DVD	22 professoras
12.	Impressora	25 professoras
13.	Internet	19 professoras

Fonte: autoras (2017)

Observando a tabela 1 acima, percebemos que a maioria das TIC's existem nas escolas que essas professoras lecionam. Contudo, devemos refletir como são usadas no ambiente escolar e se as mesmas estão funcionando, pois como destaca Masetto (2000) as TIC's adentraram no ambiente educacional entre 1950 e 1960, possuindo características do tecnicismo, embasadas nas teorias comportamentalistas e de auto aprendizagem, trazendo vícios dos programas de qualidade total vindo do ambiente empresarial.

Logo, não podemos deixar que as TIC's sejam vistas como panaceia para a educação e como destruidoras de um processo de socialização fundamental ao ser humano. E, segundo Brito e

Purificação (2015, p. 37), “a panaceia está em acreditar que as TIC’ s possibilitarão milagres na educação e, por outro, em acreditar que seu uso pode ser destruidor, restringindo as relações humanas”.

Podemos também analisar nessa tabela que a somente 19 professoras destacaram que possui internet na escola. No entanto, sabemos que essa “gigantesca rede interconectada por milhares de diferentes tipos de rede, que comunicam por meio de uma linguagem em comum (protocolo) e um conjunto de ferramentas que viabiliza a comunicação e a obtenção de informações” (BRITO E PURIFICAÇÃO, 2015, p. 102) possui grande importância na disseminação do conhecimento e comunicação, diminuindo a noção espaço e tempo.

Quando perguntado sobre o uso desses materiais didáticos ressaltado acima, a maioria das professoras destacaram que são usados na sala de aula e nos planejamentos.

Foi verificado a existência do laboratório de informática nessas escolas. Somente 41,38% dos participantes que responderam o questionário ressaltaram que existe esse espaço de inclusão tecnológica.

Nesse contexto, cabe destacar que a implantação desses laboratórios de informática, foi fruto do Programa Nacional de Informática Educativa (PROINFO), criado por volta da década de 90 para promover o uso da Telemática, que integra um conjunto de políticas do MEC com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação pública,

voltado para a introdução da tecnologia no processo ensino-aprendizagem que procurou efetivar a presença do computador na escola pública, implantando massivamente equipamentos nas escolas de ensino fundamental e médio, juntamente com a qualificação de docentes e técnicos (PROINFO, 1997, p.27).

Já os 09 participantes que responderam a entrevista, 05 falaram que a escola onde trabalha tem laboratório de informática, contudo não funcionam como podemos comprovar nas falas abaixo:

“Temos, mas estamos sem internet lá no momento, mas tem internet na secretaria da escola e disponibilizamos o notebook com wifi para os professores. Mas não é o modelo ideal que gostaríamos” (VICE- DIRETORA, 2016);

“Tínhamos mas por falta de espaço perdemos o laboratório. Mas nesse ano houve uma construção, e irão reativar o laboratório” (DIRETORA, 2016);

“Tem, mas, é muito precário porque nunca funciona. Ele vai e instala tudo, no outro dia a gente vai pra sala e já não funciona mais. No início do ano teve até uma reunião do município que eles iam começar a fazer manutenção e tal, mas, até agora não chegou na escola. (COORDENADORA 1, 2016)

Nessas falas fica claro o laboratório de informática sem internet não é tão útil, pois a informática aliada a internet, colaboram muito para a dinamicidade das aulas e ao mesmo tempo para transpor as barreiras de espaço e tempo. Conforme Nascimento (2007, p. 43), com a informática: “Os ambientes tornam-se mais dinâmicos e ativos [...] Esses ambientes favorecem uma nova socialização que, às vezes, não é conseguida nos ambientes tradicionais”.

E as escolas que possuem o laboratório de informática, o mesmo não funciona com qualidade, como ressalta a professora A (2016):

Tem lá dez computadores[...] Não tem o laboratório de informática, como deveria ser um laboratório com muitas máquinas. Nós somos uma escola que temos quase 800 alunos, você ter dez máquinas que só ficam no ginásio, não tem sentido, não é laboratório, isso é um faz de conta [...] Não tem espaço porque um laboratório no geral deveria ser assim espaçoso, ventilado, ar condicionado, com profissionais. De que adianta ter laboratório de informática, se você não tem pessoal qualificado, se você não tem espaço, se você não tem conforto, se você não tem os equipamentos, para quê? O que nós temos na escola, de informática, quem faz é o diretor, é ele que faz oficina de informática com os alunos do noturno” (PROFESSORA A)

Mediante esse desabafo desse professor, cabe refletir a fala de Moran (2000), que ressalta que o professor só poderá realizar uma prática pedagógica mediada pelas TIC's se a instituição escolar disponibilizar tais recursos, sendo preciso tornar viável o acesso frequente e personalizado dos professores e alunos às novas tecnologias, principalmente à internet. Com salas de aulas e laboratórios equipados com as ferramentas tecnológicas.

Percebemos nas falas dos entrevistados que as escolas asseguram suportes e recursos para a utilização das tecnologias educacionais, contudo não atendem a demanda. E os professores por sua vez planejam aulas utilizando essas TIC's, promovendo assim a inserção tecnológica, mas em momentos restritos e fazem uso de poucas tecnologias. Embora saibamos que uma prática pedagógica competente é aquela que dá conta dos desafios da sociedade pós-moderna, onde exige uma inter-relação das abordagens pedagógicas com a tecnologia inovadora (BEHRENS, 2000).

Os professores que responderam os questionários em sua maioria afirmaram que fazem uso das TIC's na sala de aula com o objetivo principal de tornar a aula mais dinâmica. Ficando evidenciado que eles tem o interesse em fazer seus alunos sentirem prazer em participar e interagir com as TIC's nas aulas. E sabemos que uma prática pedagógica aliada as TIC's que dinamizam as aulas, possibilita ao aluno maior possibilidade de aprendizado significativo, pois essas tecnologias são ferramentas inovadoras, que impulsionam e estimulam a curiosidade e atenção das crianças, contudo, como salienta Coscarelli e Ribeiro (2007) é preciso que o professor conheça os recursos que as TIC's oferecem e criem formas interessantes de usá-las, sabendo qual concepção de ensino pretende adotar.

E quando questionado o grau de atenção dos alunos quando as professoras utilizam as tecnologias em sala de aula, a maioria respondeu que os alunos tem uma boa atenção. Assim, os alunos ficam motivados a participarem das aulas, quando as professoras inserem recursos tecnológicos para mediar a sua prática pedagógica, pois segundo Moran (2000, p. 17) “alunos motivados, aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor”.

Nesse contexto, segundo a maioria dos professores as escolas do campo possui o Projeto Político Pedagógico (PPP), contudo não ressaltam questões tecnológica. Mas, sabemos que de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, as escolas devem observar, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, componentes como:

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO, ARTIGO 13, INCISO II, 2002)

Portanto, fica claro que as escolas do campo devem assegurar a inserção das tecnologias educacionais em seu espaço. Justamente por que o acesso as TIC's no ambiente escolar precisa ser refletido e democratizado. Conforme Demo (2007, p. 50): “não faz sentido educar a nova geração com estratégias velhas. A escola precisa conjugar aprendizagem séria e divertimento intenso”.

Principalmente, por que as TIC's são hoje uma nova oportunidade econômica, de avanço pessoal e profissional do indivíduo. Se a pessoa não a domina, de certa forma ela é excluída da sociedade.

Conclusões

Mediante as análises aqui empreendidas, concluímos que as TIC's estão presentes na educação do campo no município de Ilhéus de forma superficial. Há poucas diversidades e quantidade de tecnologias educacionais. E as que existem não atendem a demanda. Cabendo refletir para onde estão indo as verbas provenientes das políticas públicas que chegam para o município devido a descentralização através do recursos do Plano de Ação Articuladas (PAR).

E sabemos que o papel da educação escolar “é capacitar o indivíduo para a vida” (COX, 2008, p. 20), preparar o ser humano para a sobrevivência, para a tomada de decisões fundamentadas e para estar apto a aprender continuamente. E esse papel deve ser realizado principalmente para os alunos que frequentam as escolas do campo, justamente por que essas localidade já sofrem que problemas geográficos e a educação precisa ser ofertada com qualidade e que realmente os preparem para viver ativamente na sociedade tecnológica que vivemos.

E como destaca as Diretrizes para o Uso de Tecnologias Educacionais (2010, p. 5) é fundamental “levar os agentes do currículo a se apropriarem criticamente dessas tecnologias, de modo que descubram as possibilidades que elas oferecem no incremento das práticas educacionais, além de ser uma prática libertadora, pois contribui para a inclusão digital”.

Portanto, as escolas do campo precisam urgentemente ativar seus laboratórios de informática que a cada dia esta sendo esquecido, se tornando depósitos de computadores e recursos pedagógicos que não são utilizados. E a gestão escolar juntamente com a secretaria de educação do presente município precisam dar esse suporte, cobrar a manutenção desses computadores e demais TIC's, bem como adquirir diversidades de suportes tecnológico, assegurar seu uso no PPP, para assim o professor poder incorporar a sua prática pedagógica.

Referências

BARBOSA, E. F., MOURA, D. G.de. **Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica**. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago.2013. Disponível em: < http://www.senac.br/media/42471/os_boletim_web_4.pdf.> Acesso em: 28 de jul de 2016.

BRASIL. **ProInfo Programa Nacional de Informática na Educação. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA A PREPARAÇÃO DOS NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL** (Versão Julho,1997) Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação a Distância. BRASÍLIA Disponível em: <http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/184.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

_____. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). 2016**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

_____. **Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso 13 de Março de 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. Brasília, 2002.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta Preliminar.M. Ministério da Educação. Abril.2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Rio de Janeiro. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.1990.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SEB, DICEI. 2013. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei nº13.005, de 25 de Junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

BRITO, G. DA S., PURIFICAÇÃO, I. DA. **Educação e novas tecnologias. Um repensar**. 2 edição. Curitiba: Intersaberes. 2015. (Série tecnologias educacionais).

BEHRENS, M. A. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**. In: Moran, J.M., Masetto, M.T; Behrens, M. A.. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19ª ed. Campinas, SP: Papyrus. 2000.

CARDOSO, A.A., PINO, M.A.B.D., DORNELES, C.L. **Os Saberes Profissionais dos Professores na Perspectiva de Tardif e Gauthier: Contribuições para o Campo de Pesquisa Sobre Os Saberes Docentes no Brasil**. XV ANPED SUL. Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/668/556>>. Acesso em: 10 de jul de 2016.

COSCARELLI, C. V., RIBEIRO, A. E. (organizadoras). **Letramento digital**. 2ª ed. Belo horizonte: Editora Autêntica Caele, (Coleção linguagem e educação). 2007.

COX, K. K. **Informática na educação escolar polêmicas do nosso tempo**. 2ª edição. Coleção polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores associados. 2008.

DIRETRIZES PARA O USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. Curitiba. SEED – Pr., 2010. P.53.

DEMO, P. **O porvir: desafio das linguagens do séc. XXI**. Curitiba: IBPEX. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GREGIO, B.M.A. **O Uso das Tics e a Formação Inicial e Continuada de Professores do Ensino Fundamental da Escola Pública Estadual de Campo Grande / Ms: Uma Realidade A Ser Construída**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação. Campo Grande. 2005. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7935-o-uso-das-tics-e-a-formacao-inicial-e-continuada-de-professores-do-ensino-fundamental-da-escola-publica-estadual-de-campo-grande-ms-uma-realidade-a-ser-construida.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2016.

KENSKI, V. M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2010. (Série Prática Pedagógica).

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas.2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.1986.

MASETTO, M.T. **Mediação pedagógica e o uso da tecnologia**. In: Moran, J.M., Masetto, M.T; Behrens, M. A.. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19ª ed. Campinas, SP: Papirus.2000.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: Moran, J. M., Masetto, M.T; Behrens, M. A.. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19ª ed. Campinas, SP: Papirus.2000.

NASCIMENTO, J. K. F.. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília. 2007.

NEISKIER, A. **Tecnologia educacional: UMA VISÃO POLITICA**. Vozes.Petropolis, RJ.1993.

PEREIRA, E. G., OLIVEIRA, L. R. **TIC na Educação: desafios e conflitos versus potencialidades pedagógicas com a WEB 2.0**. ICT in Education: pedagogical challenges and conflicts with WEB 2.0. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação. Bragança, 1-2 de Junho. 2012.Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19923/1/ietic_Braganca_2012.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2016.

SANTO, E. DO E. **Planejamento, Avaliação e Fundamentos da EAD** . Plano Anual De Capacitação Continuada. UFRB. Bahia: Cruz das Almas. 2015.